

R E V I S T A

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. 1 | Nº 6 - FEVEREIRO 2022



A síndrome do homem fraco

Revista Conhecimento & Cidadania

Editorial

Leandro Costa – Editor-Chefe
Munique Costa – Editora Adjunta
Pedro Costa – Editor Auxiliar

Produção e Designer

Leandro Costa
Munique Costa
Pedro Costa
Edson Araujo

Redação

Leandro Costa
Munique Costa
Edson Araujo

Colunistas

Edson Araujo
Mauricio Motta
Maria Cecília Carnaúba
Leandro Costa

Charges

Patrício Eduardo Dias

O conteúdo do **Caderno ABRAJUC** é de propriedade intelectual e responsabilidade exclusiva da Associação Brasileira de Juristas Conservadores, a Revista Conhecimento & Cidadania, acreditando na relevância ímpar do trabalho e valores da instituição, não faz quaisquer alterações ou deliberações acerca do conteúdo. Nesta edição artigo de autoria do Dr. Alexandre Meinberg Ceroy.

O conteúdo do **Caderno Direito nas Escolas** é independente e não tem correlação direta com a linha editorial da Revista Conhecimento & Cidadania.

Todas as entrevistas são previamente consentidas e guardam fidelidade com as declarações dos entrevistados.

O conteúdo desta edição foi produzido por **voluntários** que autorizaram a publicação de seus trabalhos, **não sendo remunerados**, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

Revista Conhecimento & Cidadania

Vol. I – Nº 6 – Fevereiro de 2022

Rio de Janeiro – RJ

Curso Menezes Costa – CNPJ 28.814.886/0001-26

ISSN 2764-3867

Nota do Editor

A equipe da Revista Conhecimento & Cidadania em razão da tragédia ocorrida na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, por conta das fortes chuvas que atingiram a cidade da região serrana fluminense, manifesta o pesar pelas inúmeras vidas perdidas e deseja as famílias os pêsames pela imensurável perda.

Em um momento de luto, ciente que nenhuma palavra poderá reconfortar os corações daqueles que se despediram de forma abrupta de pessoas amadas, rogamos que todos tenham forças para continuar vivendo em memória dos que partiram.

Que Deus receba aqueles que se foram e ilumine os que aqui ficaram para suportar tamanha tragédia.

Leandro Costa

Editor-chefe



A síndrome do homem fraco

Seu maior inimigo sempre será você mesmo

Por Leandro Costa



Não cabe analisar as consequências de uma iminente terceira grande guerra, se é que ocorrerá, ou de uma segunda guerra fria, que parece ser mais palpável, uma vez que, os artificios de tal confronto são criaturas dispostas a blefar ou matar pelo poder.

Por um lado, temos a ação direta da Rússia em território ucraniano, deixando de lado uma guerra por procuração, aquele país se expõe como um agressor em face de seu vizinho, o que, em tese, justificaria uma reação dos demais países. Por outro prisma, é nítido que os russos, ainda que apoiados pela ditadura chinesa, sabem que não teriam condições reais de vencer uma guerra física contra a OTAN, sendo natural que o confronto tenha maior desdobramento na seara diplomática.

Em um confronto bélico o governo russo sabe que seus possíveis adversários são francos favoritos, contudo, a situação restaria mais grave para o país eurasiático em havendo uma guerra comercial, ainda que tenha buscado uma aproximação com o Brasil e tenha ao seu lado a China, o Kremlin terá grandes dificuldades de manter o controle de um país assolado pelo desabastecimento, ciente que possui menos reservas que seus pretensos opositores.

Agora muitos imaginarão que tudo não passa de um blefe, que o único objetivo de Vladimir Putin é desviar as atenções de seu povo para que sua imagem, já desgastada, passe ser de um governante altivo e capaz de enfrentar o mundo, mas nada é tão simples assim, tudo indica que o líder que impõe sua vontade por mais de duas décadas não arriscaria um confronto armado tão somente por sua reputação, que ainda lhe garante conduzir sua pátria.

Aparentemente existe algo muito maior por trás dos movimentos russo no território de sua vizinha, e irmã, Ucrânia.

Duas expressões já presentes no texto devem ser extraídas para que possamos compreender tal ação dos russos, são elas o “eurasiano” e irmã Ucrânia”, pois isso leva ao aprofundamento sobre o que seria o eurasianismo e a compreensão que os povos russos e ucranianos são apenas um, tal relação aplicar-se-á aos chineses e taiwaneses, mas trataremos de tal situação no momento certo.

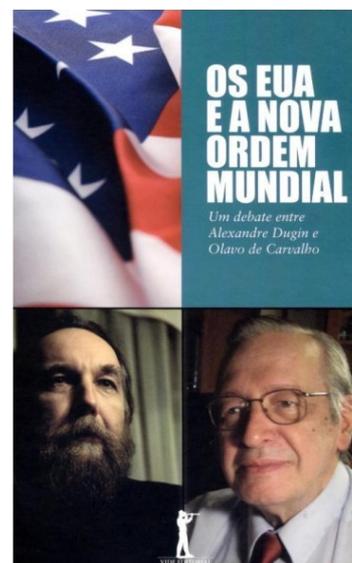
Para melhor expressar o que seria a teoria do [eurasianismo](#), para alguns o neo-eurasianismo, é necessário apontar para a concepção do filósofo Alexandre Dugin ou Dugin, que compreende ter o povo eurasiano o poder-dever de libertar o que define como “centro do mundo” e guiar o restante para uma visão de mundo em que haverá o resgate da tradição, libertando-o do globalismo.

Resta evidente que as ações do Presidente Vladimir Putin pautam-se com base na visão da chamada Quarta Teoria Política de Dugin, considerando o liberalismo como inimigo, sendo a primeira teoria, como foco o indivíduo e teria vencido as demais. A segunda seria o marxismo, que norteia-se pela guerra de classe e a terceira o fascismo, o qual trata como essência a nação.

Não há uma contraposição direta ao socialismo ou fascismo por tal teoria, que será chamada de eurasianismo, em verdade, julga que ambas fracassaram e foram vencidas pelo liberalismo, ou seja, que o prevalecera o indivíduo sobre a classe e a nação, de maneira que, somente o resgate da tradição superará tal sistema.

Buscar entender as ações de Vladimir Putin parece impossível, mas se observado como a materialização do pensamento de Alexander Dugin, tudo faz sentido, posto que, o citado governante tenta colocar em prática os ideais ora apresentados pelo pensador. Iniciando a guerra contra o globalismo através de uma revolução.

Tudo faz crer que se trata de uma guerra entre o oriente e o ocidente, talvez uma reedição de tantas outras, uma vez que, desde a idade antiga, tais culturas se chocam. Mas tudo indica que esta não é uma



versão remasterizada, pois o confronto envolve duas forças novas, ainda que alimentando seu discurso na velha rivalidade.

A chave dos movimentos eurásianos no tabuleiro estão pautadas na visão de Alexander Dugin, que prova-se um astuto pensador, portanto, nada melhor que invocar uma grande mente para contrapor sua distópica perspectiva da realidade.

Segundo o Prof. [Olavo de Carvalho](#), *“O prof. Alexandre Dugin, à testa da elite intelectual russa que hoje molda a política internacional do governo Putin, diz que o grande plano da sua nação é restaurar o sentido hierárquico dos valores espirituais que a modernidade soterrou. Para pessoas de mentalidade religiosa, chocadas com a vulgaridade brutal da vida moderna, a proposta pode soar bem atraente. Só que a realização da idéia passa por duas etapas. Primeiro é preciso destruir o Ocidente, pai de todos os males, mediante uma guerra mundial, fatalmente mais devastadora que as duas anteriores. Depois será instaurado o Império Mundial Eurásiano sob a liderança da Santa Mãe Rússia”*.

Por mais abjetos que sejam os globalistas, e o são, acreditar que a teoria de um Império Mundial Eurásiano seria a salvação é escolher uma das formas pela qual o indivíduo será trucidado, uma escolha entre [Cila e Caribdis](#), decidir entre os males qual seria o menor. Cabe lembrar que Olavo de Carvalho fizera tal previsão há mais de uma década, demonstrando tamanha sabedoria que explica o motivo de seus detratores, não conseguindo depreciá-lo, tentam atribuir-lhe, de forma jocosa, o dom de uma visão desequilibrada e mítica de mundo. Agora, insistirão em negar que era um gênio incompreendido, mas que teve a capacidade de narrar como ninguém uma realidade, que para muitos ainda parece turva, com mais de dez anos de antecedência.

Continua o grande pensador brasileiro, *“Agora o prof. Dugin promete salvar o mundo pela destruição do Ocidente. Sinceramente, prefiro não saber o que vem depois. A mentalidade revolucionária, com suas promessas auto-adiáveis, tão prontas a se transformar nas suas contrárias com a cara mais inocente do mundo, é o maior flagelo que já se abateu sobre a humanidade. Suas vítimas, de 1789 até hoje, não estão abaixo de trezentos milhões de pessoas – mais que todas as epidemias, catástrofes naturais e guerras entre nações mataram desde o início dos tempos. A essência do seu discurso, como creio já ter demonstrado, é a inversão do sentido do tempo: inventar um futuro e reinterpretar à luz dele, como se fosse premissa certa e arquiprovada, o presente e o passado”*. Tal trecho merece grande atenção.

O pensamento revolucionário é um mal que deve ser evitado e combatido, ainda que internamente, haja vista, criar uma ilusão para se chegar a um fim imaginário perfeito, uma forçada distorção na realidade para se chegar a uma falsa promessa de mundo ideal, entretanto, ter-se-á destruição em busca de

uma mentira utópica que alimentará delírios e ceifará vidas, posto que, não vivemos em um mundo imaginário ou uma realidade que pode ser dobrada conforme a vontade.

A imposição de uma teoria sobre o mundo real, forçando os fatos a adequarem-se as narrativas é a contramão da existência e terá seu preço cobrado quando a verdade não puder ser mais estanque pela imposição da vontade dos tiranos, seja pela força ou suas mentiras. Este fluxo antinatural, que inverte o sentido de tempo, precisa que a alvorada ocorra no oeste e as águas das corredeiras sigam para o alto, como isso não ocorrerá, fatalmente, o destino será ainda mais amargo ainda que quaisquer previsões.

Conclui o pensamento alarmando para o perigo de um governo mundial, *“O Império Eurasiano promete-nos uma guerra mundial e, como resultado dela, uma ditadura global. Alguns de seus adeptos chegam a chamá-lo “o Império do Fim”, uma evocação claramente apocalíptica. Só esquecem de observar que o último império antes do Juízo Final não será outra coisa senão o Império do Anticristo”*. A revolução nunca será a solução para a humanidade, pelo simples fato de que, ao destruir para reconstruir, tem como efeito obrigatório que os erros passados se repitam, levando a sociedade à práticas que já se provaram equivocadas e a busca de soluções desesperadas que, naturalmente, resultarão em uma nova ação imediatista, ou seja, uma nova revolução, causando um ciclo de destruições periódicas.

O fracasso do eurasianismo decorre justamente de sua visão impositiva de tradição, não algo que floresce da união entre os indivíduos, mas radiando de mentes “iluminadas” capazes de definir os rumos que a humanidade, ainda que de forma compulsória, deve seguir para chegar ao plano da perfeição utópica, ousaria apelidar-lhes de guias cegos, que acreditam saber qual o caminho para sua “Bifrost” imaginária.

Alexander Dugin, em que pese seja considerado por muitos como um conservador, é um revolucionário que acredita haver uma solução preordenada para o mundo, centralizando em sua pátria mãe, coincidentemente, a salvação da humanidade, nada muito distante dos ditadores socialistas e fascistas que o antecederam.

Por mais que alguém defenda uma linha que abrace pautas conservadoras, no caso do pensador eurasianista a preservação das tradições daquilo que considera seu povo, não há como conciliar a ideia de revolução e conservadorismo, pois a evolução depende de uma base histórica, logo, poder-se-ia admitir que o ideal é edificar aproveitando o alicerce conquistado pelos nossos antepassados e corrigindo eventuais erros por eles cometidos, a estrutura deve seguir o rumo natural. A revolução, por outro lado, rejeita o legado como fundamento, criando uma hipótese e forçando sua existência, ainda que incompatível com a realidade e ignorando as falhas ou dando-lhes uma roupagem de acaso, daí o motivo de Dugin asseverar que o socialismo bolchevique e o fascismo deram errados por conta de alguns pontos

que podem ser remendados, ignorando que, ao subjugar o mundo ao império eurasiático, estará por transformar seu sonho em um pesadelo para toda a humanidade, salvo pelos poucos tiranos que habitarão o palácio imperial.

Não há como negar que o avanço eurasiático é tão somente o prenúncio de uma guerra, que se dará de forma belicosa ou não, entretanto, é natural que as [três elites globais](#) convergiram em busca do poder, mas se enfrentariam por ele quando acreditassem que sua mão estivesse próxima o suficiente, ou mesmo, percebendo a fraqueza dos demais aspirantes ao “trono do mundo”. Todas as três vertentes buscarão subjugar ou aniquilar as demais para ocupar sua, tão sonhada, posição de liderança, necessariamente haverá o confronto, ainda que em de pontual e reduzido, mas é fato que não há lugar para um [condomínio entre tiranos](#), explicando assim o motivo de nazistas e socialistas bolcheviques, apesar de [espécies do mesmo gênero](#), terem se enfrentado.

Presumir que o eurasiático revolucionário trará um bem maior ou libertará a humanidade de outras chagas que com ele concorrem pelo poder é ser ingênuo demais para perceber que a elite eurasiática não promoverá a harmonia entre a cultura de um império eurasiático, que trará luz ao mundo, e aquela que define como [império atlântico](#), que traduz-se no ocidente que tem o indivíduo em seu cerne. Resta claro que o eurasiático prega a destruição da cultura, portanto, do povo ocidental, não faz o menor sentido uma reação eufórica ante o avanço do ditador Vladimir Putin.

Apontado o quão nefasto é o vento que parece vir dos Montes Urais, é indispensável analisar os demais envolvidos no teatro dos acontecimentos, mas não antes de observar o parceiro e suposto irmão eurasiático da Rússia, uma nação que tem no poder um grupo que consegue transparecer sua face abissal sem a menor timidez, a China declaradamente comunista, que mantém campos de concentração, chamados carinhosamente de campos de reeducação, bem como, faz constantes ameaças a soberania de Taiwan, uma afronta ainda mais grosseira, tendo em vista a relação entre os ambos.

Diferente relação entre Rússia e Ucrânia, países que podem ser chamados de irmão dada sua origem histórica, ousaria afirmar que [Taiwan](#) não é um país-irmão da China, justamente, por ser uma parte fragmentada na qual o governo nacionalista afastado do poder pela infame revolução cultural se refugiou e ali criou uma espécie de território rebelde da massa continental comunista. A própria China não é uma nação de um só povo, sendo o resultado da anexação de diversas etnias.

Não se limitando a ilha tão cobiçada, o grande tigre tem planos de [expansão](#) que incluem o mar do sul e uma influência em diversos países, não seria absurdo crer que a soberania de todas as nações da [Indochina](#) estaria em risco, em razão das ambições de Pequim. A semelhança entre a visão do governo russo e chinês parecem gritantes, e são, por isso, é importante deixar de olhar para os que dirigem tais

países e olhar para a mente por trás do eurasianismo, Alexander Dugin. O comportamento expansionista eurasiano é o que levou Olavo de Carvalho a considerá-lo como uma das três elites globais.

A questão da Ucrânia envolve outra elite globalista, que é denominada como Nova Ordem Mundial, muito mais desfragmentada, esta vertente não é facilmente identificável, uma vez que não se limita a um grupo étnico, permeando-se no chamado mundo livre com maior facilidade mas buscando se fazer presente em toda parte.

Sutil como uma víbora, a Nova Ordem Mundial não é uma associação de pessoas que simplesmente conspiram por poder, mas todos aqueles que encontram-se em sua zona de irradiação, de forma que, um pequeno grupo pode servir ao centro nervoso sem ter a consciência de sua existência ou mesmo acreditando sinceramente que trata-se de uma teoria da conspiração. Curioso o uso de tal jargão como repelente de argumentos, em que pese grande parte de tais ilações tenham se confirmado com o tempo, podemos mencionar o Foro de São Paulo, um devaneio que provou-se real, agora temos o eurasianismo exposto e, honestamente, fica difícil acreditar que alguém ainda é capaz de duvidar da existência da Nova Ordem Mundial.



Aos mais céticos e aos hipócritas basta analisar o recente episódio da pandemia, em que palavras como “novo normal”, “negacionista” e “genocida” foram orquestradamente utilizadas pelos principais meios de comunicação, como se a inspiração aflorasse em todos da mesma forma e ao mesmo tempo, uma espécie de arrebatamento mental, um despertar coletivo, que nada mais é que a repetição de um comando central, ainda que não seja conhecido pelo propagandista das expressões cunhadas pela elite controladora.

Nenhum canal de mídia tradicional questionou a segurança e a eficácia das vacinas, na verdade terapias gênicas, mesmo após diversas evidências que as colocavam em cheque. As redes sociais seguiram a mesma cartilha, mas tudo não passa de coincidência.

Não há como negar que a grande mídia e autoridades públicas parecem agir em total sintonia, seguindo uma linha uniforme que não parece ser consequência do acaso. Todavia, a elite chamada progressista, o termo liberal também torna-se inadequado, sendo o correto libertina, tem usado de sua influência para impor suas pautas de forma despótica e, por vezes, exacerbada.

Fazem das leis instrumentos macabros para retorcê-la realidade e do [poder coercitivo dos tribunais](#) para que indivíduos abneguem sua natureza como símbolo de submissão aos poderosos. Constrange as amas a renunciarem sua existência e propagandeiam-se como seres iluminados detentores de um monopólio das virtudes, podendo, até mesmo, confiscar ou conferir mérito àqueles que prostrem-se e assumam uma vassalagem irracional.

Esta elite globalista é representada nos governos pelos políticos ditos progressistas, citando suas principais figuras temos o decrépito Joe Biden, o lastimável [Emmanuel Macron, acovardado tiranete Justin Trudeau](#), o desmoralizado Boris Johnson e o inexpressivo Olaf Scholz, substituto da nada saudosa Angela Merkel, além de outros tantos. Observando que o Canadá não deveria constar na relação, mas as ações autoritárias, dissimuladas e covardes de seu governante fizeram-no ter destaque na lista, uma vez que, tal asquerosa postura traduz o *modus operandi* da Nova Ordem Mundial, sempre alternando covardia, mentira e abuso.

Hasteando as mais diversas bandeiras, permeando várias fissuras e dando verniz de bondade, esta elite globalista pretende fazer sua revolução através da degradação da cultura e da imposição de ideias capazes de subjugar o indivíduo ao coletivismo de nichos, soviets contemporâneos, as chamadas pautas identitárias.

Importante ressaltar que a mídia mainstream, as BigTech e grandes corporações [metacapitalistas](#) fazem parte da Nova Ordem Mundial, mantendo uma narrativa orquestrada para ludibriar pessoas através de uma rede de desinformações que são difundidas unilateralmente, [um monólogo](#), concorrente ao controle d informações, existe um emaranhado em que grupos identitários recebem incentivos de granes corporações ou estatal, bem como, contam com a “simpatia” do judiciário, que também integra o sistema.

A Nova Ordem Mundial é um emaranhado que se camufla intencionalmente, por isso tão perigosa, podendo se [unir com outras forças](#), ou mesmo, [se subdividir](#) na busca pelo controle.

A grande dificuldade existente em perceber as ações desta elite global é justamente o fato de sua revolução ser fragmentada e silenciosa, ao menos até que seja tarde demais, não se revelando ao mundo

até que tenha poder suficiente para suplantar seus possíveis oponentes. Similar ao que fez o Foro de São Paulo.

Um grupo capaz de se infiltrar no poder, assumindo as rédeas da maior organização internacional e da maior força militar, que mantém-se em um pseudo-anonimato, haja vista que somente quem não quer enxergar consegue negar a evidente relação promiscua entre políticos, imprensa e toda uma rede oligárquica que sustenta as mais diversas organizações, é, sem dúvida alguma a criatura mais perigosa entre todas. É nítida a tirania do [Partido Comunista Chinês](#), do “presidente vitalício” Vladimir Putin e outros tantos, mas quando se trata de um [governante canadense](#), que se retém com aval do poder judiciário, eufemismo para roubo, doações para uma manifestação pacífica e adota outras tantas medidas sem ser rotulados de tirano, podemos citar também o caso do governo da [terra dos cangurus](#), que não recebe o mesmo tratamento dos chineses por manter pessoas em campos de isolamento, conseguimos perceber o quão forte é a Nova Ordem Mundial.

Entre as três elites globais esta foi a que mais se beneficiou, tratando da escalada de poder, da pandemia do Covid-19, fazendo inúmeros testes de controle social bem-sucedidos e as rédeas de uma nova fé que chamam de ciência, tratando qualquer [cientista que ouse se levantar](#) como um conspirador criminoso digno do ostracismo, por pouco não assistimos médicos e pesquisadores sendo queimados em praça pública por questionarem a tão volátil ciência. Não duvido que muitos aplaudiriam tais espetáculos dantescos.

Aproveitaram para criar uma aberta perseguição aos que resistiam se submeter aos desmandos, tal como o nacional-socialismo alemão fizera com os judeus não início, a Nova Ordem Mundial, de forma escancarada, tratou qualquer indivíduo que se recusasse ao posto de cobaia como um ser abominável merecedor de qualquer mal.

Chegamos na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), união de países que forma a maior força militar do planeta, outrora criada para evitar um avanço da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, tal aliança mantém-se como o braço armado dos líderes ocidentais e, de fato, tem agido de forma expansionista no que tange a adesão de novos membros.

Um parêntese para contrapor a teoria que o fim da URSS, e conseqüentemente a resolução do Pacto de Varsóvia, deveria resultar na extinção natural da OTAN, a princípio deveria ser esta a leitura, entretanto, admitir que o comunismo caíra com o Muro de Berlim é ser demasiadamente ingênuo, basta observar que a Rússia ainda mantém [grande influência](#), talvez mais que isso, sobre grande parte das antigas repúblicas soviéticas e, assim como a China, relações, no mínimo, dúbias com demais [países socialistas](#) pelo mundo. Não faria sentido dissolver a OTAN se ainda há indícios de uma ameaça por parte

do que “restou” do socialismo, ou colocando em pratos limpos, a aliança faz sentido diante da existência do projeto expansionista eurasiático e do islã.

Ter uma aliança de defesa ainda parece ser relevante, por outro lado, não significa subverter sua existência para tornar-se aquilo que deveria combater, uma força militar de força colossal usada para alastrar a influência da Nova Ordem Mundial. A OTAN tornou-se um exército de proporções titânicas, a versão real do mítico monstro [Tifão](#), que acaba serve para os déspotas que conduzem políticas de [degradação da sociedade](#) ao tempo que se apoderam da consciência humana, não há nada de liberdade aqui.

Na luta entre o Império Eurasiático e a Nova Ordem Mundial não existem heróis, sendo centro tratar-se de um embate entre duas forças tirânicas, a primeira defendendo alguns valores mas trazendo uma revolução que pretende submeter o mundo a um centro totalitário capaz de causar a destruição para a reconstrução, ainda que precise deflagrar uma terceira grande guerra, e, do outro lado, uma associação nefasta que busca, através de narrativas e imposições de pautas identitárias e outras, constranger a humanidade ao estado de submissão irracional, sombras que reluzem um brilho encantador para tolos que lutam contra um sistema e alistam-se nas fileiras do exército de vassallos de tal criatura, os militantes identitários, por exemplo, buscam um el dourado para sua imaginária subespécie humana que será, inevitavelmente, seu matadouro.

Falando brevemente da Ucrânia, atual tabuleiro para os jogos dos “senhores do mundo”, o povo daquele país, após se ver livre da maior chaga que assolou a humanidade, ao menos acreditava ter se libertado do socialismo, mas tal praga é mais mutante que seu vírus de estimação, viu-se em uma nação corroída pela corrupção, como qualquer outra que as elites globais põem suas mãos, tendo decidido livrar-se da sua velha política, alternada entre parceiros corruptos do ocidente e fantoches da “Mãe Rússia”.

Como ato de rejeição aos seus antigos líderes e grito por liberdade, os ucranianos fizeram uma perigosa aposta, elegeram o comediante sem experiência política [Volodymyr Zelensky](#), uma promessa de governo livre da teia de corrupção que dava as cartas naquele país. Entretanto, apostas são ações de risco e o país pagaria caro pela escolha, não que as demais opções fossem dar um destino muito diverso do atual. Em verdade, a pior eleição para o povo ucraniano foi a que se dera no outro lado do atlântico, em que um tirano com [sinais de senilidade abocanhou](#) a cadeira mais importante no banquete geopolítico e sua, propositalmente ou não, [desastrosa retirada](#) de tropas do Afeganistão foi a dose de coragem que qualquer um precisava para desafiar o tão temido exército do Tio Sam e, conseqüentemente, a OTAN.

Fazendo uma comparação, seria como um leão mostrar-se fraco diante de outros predadores, todos de seu bando estariam em cheque, no caso, o Presidente dos Estados Unidos da América é acompanhado,

em sua constante demonstração de fraqueza e incapacidade, pelos demais líderes de seu bando. As figuras cada vez mais fragilizadas dos senhores políticos da Nova Ordem Mundial, sorratores e covardes, como os já citados, lhes confere uma aura falsamente dócil porém incapaz de brandir uma espada e conduzir seu povo a uma batalha.

Estes “fracotes” que governam o ocidente, esfregam sua passividade por considerarem-na uma virtude que deve ser inculcada na mente das pessoas, criaram uma geração de ovelhas tão frágeis que não suportam a verdade e assumem como criminosos aqueles que ousam lhes contrapor em um debate, uma horda patética que ameaçam seus desafetos mas gritam ao se depararem com insetos sem peçonha. Isso faz com que sejam dependentes dos poderosos, que nos tempos de pandemia deixaram claro que não sujaram suas mãos delicadas, mas não se furtaram em soltar suas matilhas, ou mesmo, suas alcateias, contra aqueles que se opuserem aos seus anseios.

Sua fragilidade proposital é um exemplo cultura que pretendem estabelecer, rotulando aqueles que não se resumem a um amontoado de células de tóxicos ou termos que tenham um ar de repulsa. A virilidade tornou-se abjeta e a honra dispensável, a corrupção moral fez da civilização ocidental um bando de predadores desdentados, incapazes de empunhar uma arma, desejando que terceiros os defendam, pois assim não terão sua sensibilidade abalada. Clamam por ideais socialistas sem ter consciência que a tinta vermelha daquela bandeira é feita de sangue inocente derramado.

O Presidente ucraniano, por sua vez, é o resultado dessa sociedade carcomida por uma visão eufórica de mundo colorido, cuja constituição global é a música *Imagine* de Jonh Lennon. Infelizmente, o mundo não foi feito de homens fracos e sem fibra, nossa civilização não foi forjada por covardes, como diria um dos maiores intelectuais brasileiros “[homens de geleia](#)”.

Ainda assim, Volodymyr Zelensky, em um lapso de coragem ou loucura, não importa o que seja, ao ter recebido a oferta de Joe Biden para sair de sua pátria deixando seus pares para serem esmagados pelo exército russo, teve a dignidade em declinar do convite de um covarde e portar-se como homem. Mostrou-se mais valoroso que os senhores da Nova Ordem Mundial, que enganaram seu país ao fingir que lutariam por seu povo enquanto usavam sua terra para afrontar o Império Eurasiano, bem como, um adversário respeitável ao expansionismo russo.

Respondendo ao chefe da maior força armada do mundo com a seguinte frase, “[preciso de munição, não de carona](#)”, o Presidente da Ucrânia escancarou a covardia da Nova Ordem Mundial e deixou sua condição de presa fácil para, mesmo sabendo estar em total desvantagem, enfrentar o predador oportunista e afirmar que o leão covarde do ocidente é somente um ser aproveitador que finge defender seu bando mas abandona os seus ao primeiro sinal de perigo. O fragilizado ser que parecia indefeso criou

coragem para lutar pelo seu país, sem a proteção dos falsos profetas da OTAN, ao menos para ele, um grande feito.

O conflito pode ter desmascarado as intenções das elites eurásianas e da Nova Ordem Mundial, bem como, asseverando a cisão entre ambos, o que não é algo ruim, posto que, os eurásianos tornam-se declaradamente uma força que opor-se-á aos as pautas identitárias, ambientais e todas aquelas que foram instrumento de controle para a NOM. Por outro lado, a Ucrânia tem a chance de libertar-se de ambas as influências e, ao longo prazo, tornar-se uma nação livre e forte.

É importante observar o que a terceira elite global tem feito, o expansionismo islâmico tem obtido grande sucesso e sua penetração pacífica na Europa, talvez percebendo a fragilidade da cultural ocidental.

Atualmente podemos considerar a narcoguerrilha socialista latino-americano como uma quarta elite global, posto que, já conquistou certa autonomia em relação a Nova Ordem Mundial, mas explicar minuciosamente o que seria tal vertente será uma tarefa vinda. Importante é compreender que nosso país ainda não consegue lidar com tal moléstia, de maneira que, não é capaz de arrumar o próprio quarto e, portanto, tentar assumir um papel relevante na luta entre duas faces do mesmo, eurásianos a NOM, que fingem ser representantes do ocidente e do oriente, quando são tiranos, seria danoso demais para nós. O [Brasil foi contrário](#) as ações da Rússia, mas teve a [sensatez](#) de manter nossos coturnos fora dessa lama.

Retornando para o leste europeu, resta torcer para que a Ucrânia se veja realmente livre de ambos os lados, não se submetendo as intenções eurásianas e as pautas progressistas que corroem tudo que tocam, pois viram que se desarmar foi um erro e confiar sua proteção a outrem acabou custando-lhe caro demais.

A guerra trará diversas narrativas, mas uma revolução, seja ela qual for, não trará a solução, pois reside na história de um povo o seu ideal de futuro, não cabe adotar as ideias transloucadas de um czar reciclado ou, ainda pior, de relativistas libertinos e fracos de caráter. O povo ucraniano precisará construir seu futuro alicerçado em suas experiências, ainda que sofridas. Tantos foram os que, abandonados pelos covardes do ocidente, tiveram a coragem de empunhar armas para enfrentar um exército muito mais forte, que, da fibra de tais heróis, aquele país poderá criar sua verdadeira independência, sem precisar de uma solução fácil ou da falsa promessa.

A humanidade merece, e precisa lutar por, liberdade, mas ela não virá pelas mãos de loucos, tiranos, farsantes ou comediantes, virá pelas ações de cada homem livre que entender que não existe solução imaginária e que cada liberdade conquistada é uma vitória que deve ser comemorada e cada avanço totalitário deve ser resistido de forma sábia, que um povo [fortalecido moralmente](#) é mais forte que um exército de degradado.

As elites globais ainda causarão muito sofrimento, mas toda vez que surgirem tiranos a história fará nascer o tanto de heróis quanto forem necessários, nunca podemos perder a fé.

*“Do justo e duro Pedro nasce o brando,
(Vede da natureza o desconcerto!)
Remisso, e sem cuidado algum, Fernando,
Que todo o Reino pôs em muito aperto:
Que, vindo o Castelhana devastando
As terras sem defesa, esteve perto
De destruir-se o Reino totalmente;
Que um fraco Rei faz fraca a forte gente.”*

Luís Vaz de Camões – Os Lusíada, Canto III

Deus, pátria, família e liberdade.

Por Edson Araujo

Toda tradição é construída sobre fundamentos dos quais nunca pode desconsiderar.

São geralmente valores, resultados de costumes elevados, apresentados pela experiência de vida de todos os que alcançaram o ápice desses pilares.

No caso da tradição cristã, estamos trazendo a pessoa de Jesus Cristo, que foi quem fundamentou os valores que hoje conhecemos como “cristãos”.

Como sempre, a proposta dos textos por mim apresentados, tem por finalidade suscitar reflexão.

Nesse caso, pensemos...

Temos na atualidade o que poderíamos chamar de: Uma vertente da tradição judaico Cristã.

Isso por que se apoia em alguns pilares que esta mesma tradição se fundamenta.

Chamada hoje de Conservadorismo, este estilo de vida propõe proteger e viver sua família, seu Deus, sua pátria e sua liberdade, mas para além disso, fica a pergunta:

Esses pilares já não eram difundidos antes mesmo da tradição judaico Cristã?

Vejamos que no Egito antigo, Índia, China, Arcádia, Babilônia enfim, muitas tradições mais antigas que a judaica esses pilares já baseavam esses povos.

Então, o Conservadorismo não é próprio do cristianismo?

A resposta é: Não.

Peguemos por referência a Bíblia sagrada, já que somos de tradição cristã, majoritariamente.

Antes mesmo de qualquer povo existir, no Éden, Deus já se apresenta; ali mesmo, o Jardim do Éden, seria a pátria de Adão, com a chegada de Eva, surge então o conceito de família, por fim, o livre arbítrio de comer ou não do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, o conceito de liberdade.

Teologicamente, se trata de temas com chaves de interpretação religiosas, mas filosoficamente temos uma profundidade importante em cada um destes temas.

Esta é uma introdução para uma série de textos sobre o conservadorismo, que pretendo trazer e assim colocar luz sobre algumas questões importantes para que possamos compreender, de onde vem essa força que conquista o coração e a alma das pessoas que ao primeiro contato se identificam com qualquer um dos temas que lhes forem apresentados, como um conhecimento subconsciente que embora não compreendido nos impele viver com profundidade e de maneira heroica este estilo de vida que chamamos hoje de Conservadorismo.

Faremos um breve passeio sobre cada um desses temas, lembrando que a filosofia que está por trás do Conservadorismo vai muito além desses pilares, mas isso é tema para outro momento.

Na próxima edição irei trazer uma reflexão sobre um destes temas, que ainda irei escolher para dividir com nossos leitores.

Desde já, sejam muito bem-vindos a esta série que com certeza, trará mais compreensão sobre esta onda devastadora que envolve povos do mundo inteiro.

Trará também mais serenidade pois se trata de algo planejado pelo reino divino e por tanto, não há que pensar senão na vitória da humanidade.

Deu abençoe nossa jornada.



Marique M. Costa

O materialismo histórico e o ensino público, uma relação perversa e destrutiva

Por Maurício Motta



Ao longo de mais de quinze anos de atividade no magistério, pudemos conhecer e acompanhar bem de perto alguns profissionais da mais elevada estatura intelectual e com belos currículos acadêmicos, todos servidores públicos de carreira. Seres humanos de bom caráter, famílias bem estruturadas e bem quistos entre seus pares. Como alguém que, para além da atividade profissional buscava conhecer o que norteava o pensamento daqueles grupos, para melhor interação social, ouvíamos suas histórias e mentalmente desenhávamos os padrões que modelavam suas vidas e práticas pedagógicas.

Nesse exercício de conhecimento mútuo ficou claro que a ampla maioria dos colegas possuía uma orientação ideológica de esquerda, ainda que muitos deles sequer percebessem ou admitissem tal orientação. Neste ponto precisamos deixar claro que ser de esquerda, socialista ou comunista não significa necessariamente que tal pessoa seja filiada a algum partido ou ideologia de esquerda. Na verdade, pela observação concluímos que existem até mesmo aqueles que dizem detestar política, mas sua visão de mundo segue alinhada inconscientemente à esquerda.

A grande questão a ser equacionada quanto à o que estruturava as mentalidades tanto de militantes quanto dos isentos de ideologia, em sua visão de mundo e, conseqüentemente em suas atividades profissionais, era a peça que faltava conhecer em nossos colegas de trabalho.

Considerando que é impossível separar a prática pedagógica e aplicação de seus conteúdos e métodos, das idiossincrasias e orientações ideológicas pessoais, ou seja, crenças religiosas, alinhamentos político-ideológicos, conceitos e preconceitos que cada ser carrega em si, o que definirá uma educação isenta será a profunda consciência da responsabilidade que emana do magistério ou, a observância de leis que punam as infrações à ética profissional. Neste sentido, a defesa de escolas “sem partido” vem ao

encontro dos melhores ideais de justiça, equidade e democracia na educação. Entendendo o termo “sem partido” como o ato de dar aos alunos a possibilidade de conhecer todas as vertentes ideológicas presentes no contexto sociopolítico, sem prestigiar nenhuma.

Observamos diversas vezes que colegas professores atuavam paralela e ativamente em instituições religiosas cristãs, mantendo como dissemos um alinhamento consciente ou inconsciente com as doutrinas de esquerda. Desapercebidos da incoerência da manutenção de dois princípios conflitantes entre si. Se o cristianismo e o socialismo podem em algum ponto se aproximar quanto aos fins almejados, são profundamente divergentes quanto aos meios para conquista de seus ideais e à sinceridade de seus propósitos.

Nossa reflexão pretende ter caráter pedagógico, mas em alguns momentos flertará com elementos autobiográficos.

Como numa epifania, foi possível perceber que a maneira como nossos pares se alinhavam ideologicamente, consciente ou inconscientemente, era algo que extrapolava os muros da unidade escolar. Algo que guiava suas relações sociais, econômicas e políticas. Foi no contato com uma das teorias mais conhecidas e maléficas de Karl Marx e Friedrich Engels que surgiu uma possibilidade de explicação. O Materialismo Histórico moldaria interpretações da história que, originalmente tinham caracteres político-econômicos, mas puderam posteriormente alterar até mesmo a percepção da realidade de seus adeptos. Definitivamente a ampla maioria de nossos colegas de trabalho não enxergava a realidade e os fatos da mesma maneira que tantos outros, e não se tratava apenas do tipo de veículo de informação que tivessem consultado. A questão era mais ampla.

Antes de apresentar um esboço sobre do que trata a teoria desenvolvida por Marx e Engels, aprofundaremos um pouco mais a tentativa de investigação sobre como a situação teria chegado a tal ponto. Muito se tem falado sobre o aparelhamento das universidades e o aspecto mais cruel da prática militante que é a “doutrinação ideológica”, entretanto, não é difícil perceber que nem todos os professores atuam deliberadamente promovendo doutrinação e se valendo de sua audiência cativa e liberdade de cátedra para promover suas ideologias. Assim, apontar a doutrinação como causa única seria ingenuidade. Como dissemos anteriormente, alguns nem se interessam por questões políticas e mantêm-se estritamente no cumprimento de seus deveres. O que alcançaria a todos, alunos e professores, indiscriminada e inapelavelmente?

Algo em comum a todos os alunos de qualquer nível escolar em que estejam matriculados é a necessidade de consulta a livros didáticos e paradidáticos. Os livros! Agora poderemos avançar e falar efetivamente do materialismo histórico.

O Materialismo Histórico é uma teoria elaborada durante o século XIX por Karl Marx e Friedrich Engels. Tem por base a ideia de que as relações humanas e a evolução das sociedades são dirigidas pela “*concepção materialista da história*”, onde os valores materiais e fatores econômicos se sobrepõem a qualquer idealismo ou fatores metafísicos. Assim, o modo de produção capitalista conduziria as relações sociais e a história das sociedades. Existiria então uma constante luta de classes, resultante da desigualdade econômico-social que assolaria o proletariado e beneficiaria exclusivamente a burguesia.

Essa teoria buscava se opor e superar o “*idealismo*” proposto anteriormente por Hegel (Georg Wilhelm Friedrich Hegel). Para o “*idealismo*” as ideias determinam o mundo material, para o “*materialismo histórico*” o mundo material determina as ideias, ou seja, em uma interpretação bastante simplificada, o homem é produto do meio em que vive e por ele é conduzido.

A teoria de Marx e Engels viria a ser superada, mas nunca abandonada ao logo do tempo. Contradições e limitações foram observadas, mas, ainda assim, a essência de sua teoria foi trabalhada por outros autores como Antônio Gramsci e Michael Foucault.

O “*materialismo histórico*” ignora a influência do cristianismo e outras doutrinas filosóficas ou metafísicas na transcendência do ser humano, limitando toda a existência humana às questões materiais e de sobrevivência. Aparentemente não foi feito por Marx ou Engels qualquer teste de validação de sua teoria, experimentando-a em sociedades além da inglesa industrial do final do século XIX. Mesmo com falhas sistêmicas, a concepção materialista da história sobreviveu e chegou aos nossos tempos.

A ideia de uma luta de classes que divide a sociedade, colocando desde as situações mais triviais às mais complexas em estado contínuo de dicotomia é algo que nos foi possível observar nas escolas onde atuamos. Em alguns momentos o lado oposto assume a figura de um governante, em outros momentos de um superior hierárquico, ou em casos mais extremos a figura de colega de trabalho.

A ideologia em alguns casos se encontra tão enraizada em certos profissionais que, mesmo aqueles que praticam a fé cristã (fundamentalmente oposta aos princípios marxistas) não identificam as contradições e inconsistências gritantes entre marxismo e cristianismo. Seguem cumprindo suas funções, reproduzindo os conteúdos sem qualquer análise ou crítica de seu desempenho.

Nos foi (e ainda é) possível verificar em nossas atividades no campo do magistério que, os livros didáticos e alguns paradidáticos utilizados em nossas escolas traduzem com sutileza a teoria da luta de classes. Não é necessária uma abordagem escancaradamente marxista por parte do professorado, bastam as sutilezas para incutir nos alunos uma forma distorcida de ver as relações humanas. Como por exemplo em livros de Geografia que apresentam o universo do trabalho como um campo de exploração da força do proletariado; nos de Filosofia onde a ênfase maior é dada aos autores modernos mais alinhados à

concepção materialista da vida e da história; ou em História quando tratam-se momentos como os vividos a partir de 1961, como sendo reacionarismo da extrema direita burguesa aos anseios do proletariado. Basta uma palavra para determinar a direção que o aluno em formação seguirá.

Em relação aos nossos colegas professores, especificamente os que seguem as diretrizes marxistas (consciente ou inconscientemente), relembremos uma fala do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, mal formulada pelo próprio e bastante utilizada pela mídia da época e elementos da oposição para ataca-lo: “Se a pessoa não consegue produzir, coitado, vai ser professor. Então fica a angústia: se ele vai ter um nome na praça ou se ele vai dar aula a vida inteira e repetir o que os outros fazem” (FHC, 2001). Não trataremos da questão de conseguir ou não conseguir produzir, nem de ser um coitado ou não; mas é verdade que em se tratando do Brasil, os professores são reprodutores de conteúdo, guiados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e atentos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A frase atribuída a Joseph Goebbels, “*Uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade*” é quase profética em relação à sua aplicação didática. Óbvio que nossos livros não são feitos integralmente de mentiras, mas reproduzem a visão de mundo que interessa a seus idealizadores. Verdades apresentadas em conjunto com distorções ou falsidades, tornam o professor um reprodutor e o aluno ainda sem condições adequadas de discernimento, instrumento perfeito para a manutenção do status quod da perversão didática.

Se nos fosse possível sugerir aos pais e tutores algo de útil ao Brasil, diríamos: leiam os livros de seus filhos e tutelados, busquem conhecer seus professores, e não apenas os diretores e orientadores nas reuniões de pais. Conheçam o que e quem forma suas crianças e adolescentes. Como dissemos antes, em grande parte são excelentes profissionais e seres humanos, mas podem estar reproduzindo fundamentos funestos ao futuro de seus filhos e do país.

Por fim, lembrando o saudoso professor Olavo de Carvalho, que mais uma vez tem razão: “de nada adianta ter a Presidência sem ter quadros, sem ter o domínio das instituições”. Assim, o materialismo histórico, que é também a visão materialista da vida, segue espalhando seus erros pelo mundo e, apoiado pela reprodução irrefletida, mantém pessoas de grande valor, escravas do mundo e de seus “donos”.

A Laicidade na Constituição Federal

Por Cecília Carnáuba

Cunhaú e Uruaçu, localidades do Rio Grande, espaço onde hoje se situa o Rio Grande do Norte, estiveram sob o jugo holandês durante o período em que este povo invadiu o nordeste do Brasil. Foram palco para o crudelíssimo morticínio de 80 católicos.

No dia 16 de julho de 1645, no Engenho Cunhaú, a comunidade celebrava a missa quando, no instante da elevação do Cálice, transformação do vinho no sangue de Cristo, trancaram-se todas as portas e janelas da Igreja de Nossa Senhora da Candeias. Soldados holandeses, reforçados por um grupo de tapuias e potiguares, liderados por Jacó Rabe, judeu iesraelita a serviço do governo alemão de crença calvinista, entraram e mataram todos os que lá estavam.



A surpresa do ataque, a estratégia de enclausuramento, a absoluta falta de instrumentos bélicos para defesa e a violência dos agressores, impossibilitaram qualquer reação. As vítimas pereceram indefesas.

A perseguição, aos católicos, continuou. Três meses depois, novo ataque dos mesmos algozes, aconteceu em Uruaçu, localidade próxima, com idêntico recurso de trancamento das portas da igreja no instante da elevação do Corpo e do Sangue de Jesus Cristo. Desta feita, a violência foi mais requintada, os fiéis tiveram suas línguas arrancadas, pernas e braços decepados, como punição pelos louvores que proferiam à Trindade Santa.

Ao longo da história há diversos episódios de guerras, massacres, perseguições, injúrias e outras atrocidades perpetradas, contra seres humanos, sob o argumento de desconformidade religiosa. No período de 1789 a 1799 a Revolução Francesa reviveu o tríduo de ideias atenienses: igualdade, liberdade e fraternidade que, segundo Péricles, resultaram na grandeza de Atenas, entre 495/492 a.C. A Revolução Francesa prometia estruturar um Estado que vivenciasse estes valores.

O discurso não correspondeu aos fatos. Sob o argumento de iluminação pela razão, os articuladores da revolução francesa, cujo expoente mais destacado foi Robespierre, instituíram um regime de governo a que denominaram “Terror”.

Durante este período editou-se um decreto, nominado Constituição Civil do Clero, que submetia o corpo religioso às ordens do governo e afastava a autoridade do Papa. Os religiosos que não jurassem tal constituição eram proibidos de rezar missa e se desobedecessem seriam severamente punidos junto com os fiéis que com eles fossem encontrados. Grande parte dos franceses não aceitou tal violência contra o catolicismo.

Para defender a fé e a monarquia que a representava, nos dias 10 e 11 de março de 1793 ecoaram os sinos de todas as igrejas católicas da Vandeia convidando os homens à resistência armada. A violência dos ataques do exército revolucionário não conheceu misericórdia, matou homens mulheres e crianças indistintamente, aqueles em número praticamente equivalentes.

Mataram com uso dos métodos mais cruéis, milhares foram mortos por afogamento, outros em fornos humanos, além dos instrumentos comuns: arma de fogo e golpes de sabre.

Os dirigentes do “Terror” ordenaram a destruição de tudo e todos que as “colunas infernais”, volantes do exército revolucionários enviados para subjugar os vandeianos, encontrassem pela frente.

Era necessário, a qualquer preço, destruir a fé católica cujos pressupostos eram incompatíveis com a subserviência a ordem revolucionária. A dignidade decorrente da consciência católica de que os homens são filhos de Deus, lhes acrescia grandeza de caráter e os impedia de subjugar-se à vilania do exército revolucionário e de servir a nova estrutura administrativa que deificava os governantes mais violentos.

Para vencer a resistência vandeana, exército revolucionário assou 50 mulheres em superfície de canos incandescentes e a gordura de seus corpos foi recolhida em 10 barris para uso do exército francês. A pele de muitos vandeanos foi retirada, curtida e costurada para servir de calça aos carnílices revolucionários, a população foi obrigada a apinhar-se em barcos que eram afundados como recurso para matar em grande escala. Os que não afundassem seriam mortos a tiros.

A luta durou um ano e meio. Ao final, 14,38% da população Vandeia havia sido morta, 117.257 pessoas. As mulheres, antes da morte, foram em grande número, violentadas. Foi um dos maiores genocídios de católicos da história.

Houve incontáveis morticínios perpetrados pelos revolucionários para submeter a população à Constituição. Sedimentou-se o constitucionalismo como instrumento de criação e ordenação do Estado e para regência do justo nas condutas individuais.

A revolução francesa, ao custo de muita violência e morte, rompeu o fundamento nacional do Estado anterior, a religiosidade popular cuja cosmovisão dava sentido vida humana.

O iluminismo precisou reprimir a religiosidade católica para poder dominar o povo e impor uma nova ordem em que a moral se traduziu pela ética utilitarista, sem vinculação a um conteúdo axiologicamente imutável e inegociável.

As Constituições assumiram a função ordenadora e aglutinadora que, no Estado pré-revolucionário, era exercido pela fé. Com o avanço civilizacional, atribuiu-se àquela a tarefa de garantir respeito pela dignidade humana. Um dos elementos de tal dignidade é o direito de não ser impedido de praticar a fé religiosa.

Surgiu o conceito de laicidade, garantia de livre expressão e prática religiosa, cujo elemento essencial é a tolerância que se opõe à violência vivenciada nos genocídios sob argumento de inadequação religiosa.

A Constituição brasileira cuida de assegurar garantias de concretização de circunstâncias mínimas para a autorrealização dos cidadãos. A laicidade é uma destas circunstâncias que assegura tolerância

religiosa no ambiente público. A partir desta norma torna-se possível o exercício do direito de crença e de expressão da fé, em um ambiente social diverso, sem risco de repressão estatal e sem agravos privados.

A Constituição de 1988, simultaneamente, estabelece o Estado Democrático com prevalência da liberdade e respeito à autodeterminação do indivíduo. Esta postura é expressa axiologicamente no preâmbulo, e se normatiza, minuciosamente, através dos objetivos de Estado e das disposições do artigo 5º, que enumera diversas liberdades, inclusive as de expressão, pensamento, crença e culto.

O referido dispositivo espelha garantia de direitos, de segurança, resguardo individual contra violências do Estado, entidades ou indivíduos. Garante ao cidadão liberdade para ser autêntico, verdadeiro, expressar livremente sua percepção sobre a própria existência e sobre o universo.

As normas permissivas e protetivas do artigo 5º combinam-se com as do artigo 19, que proíbem, as pessoas políticas, de estabelecer e subvencionar cultos ou igrejas, como também de obstacular seu funcionamento. O artigo 19 abriga normas restritivas do comportamento do Estado.

O conteúdo material da opção constitucional relativa à laicidade é definido pela conjugação das normas permissivas e protetivas do artigo 5º com as normas restritivas do artigo 19. O objetivo máximo é reforçar a tolerância religiosa para prevenir as carnificinas que a História nos mostra.

É graças a esta normatividade que os cemitérios públicos, no Brasil, abrigam a prática de cultos fúnebres de crenças variadas. Estes dispositivos, também, tornam possível a edificação de templos e espaços religiosos para celebração de crenças, bem como permitem a edificação de monumentos, símbolos e personagens de diversificadas religiões, dentro do território nacional e asseguram sua existência nos espaços públicos.

A conjugação destas normas revela que o Estado não possui religião oficial. Resulta, portanto, que o exercício dos direitos de crença, culto e expressão religiosa condicionam-se unicamente pelo respeito às demais normas constitucionais, de cunho não religioso, que regem a conduta social. Como o dever de cooperação para a harmonia social, respeito às regras morais normatizadas, como comportamento humano propiciador do desenvolvimento civilizacional etc.

O direito ao uso de símbolos religiosos, nos espaços públicos, tal como o uso de adornos corporais e nas dependências de repartições públicas, a exemplo da fixação de crucifixos, e quaisquer símbolos religiosos, nas paredes e mesas de trabalho, também estão contemplados pelo dever de tolerância, abstenção de repressão. A proteção advém da garantia de laicidade do Estado e é reforçada pelo direito fundamental de liberdade de expressão.

A exposição destes símbolos não caracteriza adoção de religião pelo Estado, revela apenas a crença individual do servidor que trabalha no ambiente público, por isso não se insere nas proibições estabelecidas pelo artigo 19 da Constituição. O comportamento é tutelado pelo direito de crença, culto e livre expressão.

O conteúdo restritivo do artigo 19, da Constituição brasileira, traz como primeira figura o impedimento de adoção de religião oficial por parte do Estado, seja de forma direta, através do estabelecimento de uma religião oficial, seja de forma indireta, através do socorro financeiro especificado como subvenção ou aliança com dirigentes religiosos.

A segunda figura restritiva é a proibição de que o Estado seja estruturalmente ateu ou agnóstico. Se houvesse permissão constitucional para isto, estaria institucionalizada a descrença como escolha oficial do Estado e esta seria incompatível com qualquer crença religiosa. Neste cenário, todas as religiões deveriam ser impositivamente reprimidas.

Como o artigo 19, expressamente, proíbe que o Estado obstaculize o funcionamento de igrejas ou cultos, significa que este não pode ser institucionalmente agnóstico, ateu nem adotar religião oficial. Qualquer destas opções levaria à necessidade de repressão religiosa o que é, expressamente, vedado pelo referido dispositivo. A normatividade, mais uma vez, reforça o conteúdo tolerante do conceito de laicidade.

A norma do artigo 19 tem como destinatário o Poder público, somente ele pode violá-la, através da edição de leis, ações administrativas de Estado ou por decisões judiciais. Exige que o ato violador seja relativo ao exercício da função pública, tem que se constituir em ação de Estado pois é a ele que a Constituição impõe a laicidade.

Os cidadãos não são destinatários do artigo 19 da Constituição, têm direito à crenças individuais. O dever de tolerância se impõe, constitucionalmente, a todos. A expressão individual pacífica de crença religiosa, por servidor público, é tutelada pelo artigo 5º da Constituição Federal, mais especificamente pelas normas relativas à liberdade de consciência, crença, culto e expressão.

Nas ações de expressão religiosa, o servidor público revela sua posição individual, exerce direito fundamental que não pode ser restringido salvo por legislação constitucional. A Constituição brasileira não contém esta disposição restritiva, sequer de forma implícita. O direito de expressão religiosa mantém-se eficaz em qualquer parte do território nacional, também nas repartições públicas.

O que o sistema normativo veda, dentro das entidades públicas, é o ativismo religioso, ações de pregação religiosa que perturbem o funcionamento regular do ambiente de trabalho, é a atividade missionária em ambiente de trabalho. Esta vedação visa garantir o cumprimento do horário de trabalho e da finalidade do ambiente público para assegurar a eficiência do serviço público.

A vedação não se dá em razão da religião, se refere à garantia de utilidade do funcionamento da entidade pública. A tutela da jornada de trabalho e da eficiência do serviço público decorre de normas estranhas à laicidade e se aplica a qualquer atividade, religiosa ou não, que crie condições desfavoráveis à prestação do serviço público.

A expressão individual dos agentes públicos não se confunde com a atividade Estatal, por isso não se rege pelas normas do artigo 19 da Constituição, estas se referem exclusivamente as ações de Estado.

Os agentes públicos fazem presente o Estado através do exercício de suas atividades funcionais e expressam-se individualmente, no ambiente público, quando deixam que se perceba sua inclinação religiosa, quando socorrem algum colega que precisa de apoio emocional, quando comemoram aniversários dentro das repartições públicas, nos intervalos do trabalho etc.

Laicidade traz como elemento fundamental o resguardo do direito de expressão religiosa, crença e culto. Tutela o direito individual de se mostrar verdadeiramente, também, no que se refere às questões religiosas, inclusive, nos ambientes públicos.

Tolerância é a essência da laicidade, postura contrária caracteriza intolerância religiosa que além de viciada por inconstitucionalidade constitui risco de retorno ao período do terror, em que a miséria moral, que tem a violência como sua expressão máxima, pretendeu sobrepor-se à virtuosidade humana, a capacidade de agir dentro de seus princípios morais independentemente de pressão em contrário.

Laicidade foi o recurso possível, às constituições, para assegurar o respeito à religiosidade intrínseca ao homem.

Na Vandeia, os católicos caminhavam para o martírio, vencidos pelo exército revolucionário francês, cantando hinos de gratidão à Virgem Maria e de louvor a Deus. Não negaram sua fé, nem em troca da própria vida.

A despeito das lições da história as orações dos mártires em Cunhaú e Uruaçu, como também os sinos da Vandeia, ainda ecoam em nossos ouvidos e nos alertam para evitar a intolerância própria dos grupos com tendências totalitárias.

São intolerantes com a fé porque esta lhes impede o propósito de subjugação do ser humano. É esta oposição fé/obediência a voluntarismos totalitários que serve de fundamento ao vilipêndio recente à Igreja do Rosário em que a missa foi obstaculada por militantes de esquerda aos gritos de palavras de ordem dominadoras da consciência humana.

Para prevenir e remediar a intolerância religiosa, a Constituição tem como a alternativa a garantia de laicidade e as garantias do cidadão em face do Estado. Sendo assim, é de se garantir efetividade às normas dos artigos 3º, 5º e 19 da Constituição Federal para fazer valer a escolha político/constitucional de tolerância religiosa no ambiente do Estado. É o único meio de assegurar a liberdade do povo para ser verdadeiro.

Devemos esta segurança ao cidadão em respeito a todo sofrimento que vitimou o ser humano por causa de suas crenças, nos tempos passados. Se os dirigentes dos Estados e agentes públicos pretendem emprestar à razão um sentido excludente da essência espiritual do homem, se pressionam essa desvinculação para garantir maior obediência a ordens voluntaristas, o único recurso disponível para evitar novas carnificinas por motivos religiosos é revigorar a cada instante a liberdade constitucional sobretudo a de crença e culto.

Padre André de Soveral celebrante da missa em Uruaçu, no instante da carnificina, teve o coração arrancado pelas costas, em seu último suspiro, bradou: “Louvado seja o Santíssimo Sacramento!”⁶. Foi beatificado em 05 de março de 2000. Façamos como ele ou façamos eco ao coro de Chatlet, o comandante da resistência católica da Vandeia.

Este, vendo seu povo devastado pela impiedosa intolerância do exército revolucionário francês, diariamente, antes da partida para as batalhas, erguia a insígnia do exército católico vandeano, que exibia o coração encimado pela cruz de Cristo. O batalhão inteiro, ajoelhava-se e rezava a Ave-Maria. Seguia-se a marcha que, em uníssono, repetia incessantemente: “Nosso único medo é o de ofender Nosso Senhor!”.

Deus nos ajude!

Entre a ética e a lei, fiquemos com a moral

Por Leandro Costa

O conceito tradicional de ética, palavra que deriva do grego “êthos”, caráter, pode ser resumido como modo de agir de uma pessoa, a ética, quando inserida em um contexto de costumes de uma sociedade dará origem ao que chamamos de moral, uma ética mais ampla, podendo assim dizer que o caráter é a menor célula, é individual, a ética é a externalização do caráter em um grupo e a moral a forma que a sociedade como um todo adota tais valores.

Importante frisar que a lei nem sempre refletirá tais valores, tanto que, para os juristas o direito natural é o sentimento de justiça, este sim, pautado na moral, já o direito positivo é a codificação da vontade do legislador, independentemente da correlação entre a lei e o justo.

Como já mencionado, no artigo [O poder coercitivo do Direito e a busca da pós-verdade](#), atualmente leis, e outras formas de compelir o indivíduo a se curvar à vontade de tiranos, são criadas cada vez mais ao arrepió do sentimento de justiça e, portanto, dissociadas de sua missão, perdendo sua legitimidade, este sim é o réquiem das instituições públicas, que passam a servir seus barões em detrimento de sua real natureza.

Aproveitando que a expressão real natureza, é impossível deixar de lado o conflito, que parece infundável entre revolucionários e conservadores, justamente pelo fato de ser a verdade o que difere um grupo de outro, sendo certo que conservadores consideram que a natureza é a sustentação de tudo, pois somente a realidade pode ser vivida em sua plenitude, já que, as ideologias, frutos da criação humana, tendem a fracassar ao ponto que, o infinito quebra-cabeças resultante do relacionamento humano, deixará de se encaixar em um determinado momento, fazendo ruir o castelo outrora criado apenas pela vontade cega de seus idealizadores.

Assim como a Torre de Babel, o ímpeto humano pode até conduzi-lo às alturas, contudo, uma vez ignorada a natureza das coisas, mesmo uma gigantesca obra inevitavelmente tombará.

Não importa quantas vezes os revolucionários tentem, eles sempre fracassarão, justamente por acreditarem que a realidade pode ser dobrada a sua vontade, por vislumbrarem que seus ideais são maiores que a natureza do homem.

Revolucionários, sejam socialistas, nazistas ou adeptos de qualquer outra ideologia desvairada, ou mesmos os bons anarcocapitalistas, que não fazem parte de tal grupo, pecam por acreditarem que é possível, ignorando a história e a natureza humana, criar livremente uma estrutura conforme conceitos,

sendo que, sua criação desabarará por conta de sua própria existência, haja vista que, um sistema criado artificialmente esbarra no que é essencial, na natureza humana.

No caso dos regimes totalitários supracitados, o Estado tentará ser a única fonte de criação, a fórmula vai de encontro ao livre arbítrio, se destruindo por acreditar ter o poder de subverter a verdade conforme a vontade do grupo que controla o Estado. No caso dos anarcocapitalistas, ignora-se a natureza humana e que a inexistência de um Estado criará um vácuo de poder que será preenchido, na maioria das vezes por um tirano, contudo, independente de quem ocupe tal função, ter-se-á o espectro do Estado apenas com uma faceta reinventada.

Os conservadores, por vez, sabem que não adianta tentar criar uma solução teórica para os problemas da humanidade, que cada um deve ser enfrentado e superado, sem ignorar a sabedoria dos antepassados e, principalmente, as experiências que a história nos deixou. Por isso, conservadores, diferente do que os revolucionários pensam, não querem conservar o status quo (as coisas do jeito que estão), mas sim o conhecimento herdado das gerações passadas, bem como, seu legado de virtudes, lavando a evolução gradual e a superação dos obstáculos de forma consciente e sem a ruptura transloucada dos revolucionários.

O conflito entre conservadores, que se pautam pela verdade, e revolucionários, que se deixam levar pelo afã da mudança radical, não terá termo final em um futuro próximo, pois, ao tempo em que conservadores trazem consigo a realidade, não sendo esta derrubada em definitivo pro narrativas, os revolucionários conseguem negá-la sem dificuldade, uma vez que, são despidos de consciência, por conta de sua ganância pelo poder ou mesmo sua arrogância que não lhes permite admitir seus fracassos, transferindo-os para outrem assim que possível, como fizeram no do nazismo, quaisquer fracassos dos revolucionários que a história lhes esfregue na face. Recentemente, uma autoridade brasileira tentou transferir para o conservadorismo uma narcoditadura socialista com a maior naturalidade, ocasião em que fora desmascarado, não pela grande mídia, mas pelas palavras de outros revolucionários que insistem em enaltecer o ditador que foi rotulado na narrativa como conservador.

Restou aos revolucionários negar abertamente seus erros, transferi-los para terceiros ou mesmo usar a lei para saírem impunes em relação as consequências devastadoras de seus devaneios. Um revolucionário não tem o menor pudor em ser absolvido por magistrados revolucionários, que por sua vez, não se preocupam em destruir toda a credibilidade do Judiciário em nome de sua causa doentia.

Ao negar a verdade, vendo na lei a alternativa para dobrá-la, tal pérfido grupo faz da norma um mero instrumento para sua nefasta sede de poder, maculando-a. Por isso, é imperioso que a ética e a moral

sejam o norte do indivíduo, posto que, se o homem se guia apenas pela lei, será tão somente um escravo de outros homens.

Encare suas decisões tendo sempre a sua frente duas barreiras, a ética ou moral e a legal, observe que a primeira barreira deve sempre ser a da ética, a segunda a da lei. Se a primeira lhe impedir de seguir em frente, não ouse cruzá-la e nunca ultrapassará a segunda. Assim não estará em conflito com uma lei justa. Trarei aqui três exemplos.

O estupro, o adultério e o isolamento.

O estupro é imoral e ilegal, logo, não se deve fazê-lo pela consciência de que é errado, sem ao menos espiar as consequências legais, de tal sorte que, apenas os criminosos doentios serão punidos por tal norma, o que de fato é merecido.

O adultério não infringe a barreira da legalidade, posto que não é um crime (sabe-se que no direito civil é reprovado, mas não é a questão), logo, não deve ser praticado em face da ética, mesmo não havendo uma consequência legal, não será praticado pela convicção moral do agente.

Por fim, temos o isolamento social, no qual, sem quaisquer relações com o vírus, algumas atividades estão sendo perseguidas pelo poder estatal, sendo que, por mais que viole a lei, trabalhar não pode ser considerado imoral, restando claro que apenas a norma impede que o indivíduo busque seu sustento de forma digna, portanto, desrespeitar tal regra, por mais que seja ilegal, não é reprovável.

Nas palavras de Eduardo Juan Couture, “Teu dever é lutar pelo Direito, mas no dia em que encontrares em conflito o direito e a justiça, luta pela justiça”.

Quando a lei for contrária a ética, que fiquemos com a ética, pois não estaremos nos curvando a gananciosos senhores e sua sede doentia pelo poder, mas estaremos nos dobrando aos ideais de justiça, que nos são intrínsecos, ou seja, à própria natureza humana.

Eis a diferença entre homens e máquinas.





ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE JURISTAS CONSERVADORES

Caderno ABRAJUC

Do silêncio dos hipócritas ao regozijo dos oportunistas

Por Alexandre Meinberg Ceroy

Os primeiros anos após o nascedouro da Constituição brasileira caracterizaram-se por uma efervescência de busca por direitos.

Havia, no mundo jurídico, uma grande inquietação por parte de todos os seus operadores acerca do objeto e alcance das normas constitucionais, o que gerou uma explosão de publicações de artigos e obras sobre o tema.

O direcionamento dos temas era patente, eis que havia uma grande tendência dos autores à escrever sobre assuntos ligados aos direitos civis/humanos – supostamente violados no período anterior à promulgação da Constituição de 88 – e sobre direitos e garantias fundamentais, notadamente do cidadão em relação ao Estado, incluindo-se evidentemente, neste espectro, os direitos da pessoa objeto de uma persecução penal, em juízo ou de forma antecipada.

Os posicionamentos adotados por esta comunidade – formada, principalmente, por advogados e professores universitários – nortearam não somente o ensino jurídico, quanto também a jurisprudência nos anos seguintes.

E foram essas circunstâncias que nos fizeram chegar onde estamos atualmente, onde o Estado preza mais pelos direitos de um indivíduo que, pela prática de um crime, está sujeito à uma pena privativa de liberdade, do que daquele cumpridor da lei que, por necessitar de uma ação estatal – seja no âmbito da segurança pública, da saúde ou mesmo em questões de somenos importância, como o atendimento de um órgão de trânsito – tem diuturnamente as suas prerrogativas violadas.

O mais impressionante é que, disso, muito pouco se fala e quase nada se publica.

A atual pandemia do coronavírus fez aflorar essa histórica hipocrisia dos pseudo juristas defensores dos alegados direitos fundamentais do cidadão.

Atualmente verifica-se um grande silêncio da comunidade jurídica em geral sobre os decretos estaduais e municipais, e também de decisões judiciais, que tolhem alguns dos direitos mais fundamentais do cidadão, sendo que os responsáveis por referidos atos sequer teriam – em tese (quando dissemos em tese, filiamo-nos à possibilidade de teses/antíteses dentro de balizas legais e constitucionais determinadas,



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE JURISTAS CONSERVADORES

Caderno ABRAJUC

ignorando as inovações dos Tribunais Superiores que extraem situações inexistentes do texto constitucional) – competência para referidas restrições.

Apesar de termos uma posição definida sobre a forma mais adequada de tratamento da pandemia, considerando para tal a situação nacional, não é esse o mote da discussão, até porque teríamos que adentrar um tema não somente tormentoso mas que causa evidente polarização.

A questão aqui é eminentemente jurídica e pode ser resumida em um breve questionamento: porque aqueles que mais se identificam com a defesa de liberdades individuais – e que comumente escrevem sobre isso – silenciam quando por um simples decreto viola-se não somente direitos básicos, quanto também garantias fundamentais positivadas na Constituição ?

E a resposta parece-nos evidente: hipocrisia e oportunismo !

Ora, um indivíduo que se qualifica como garantista (ressalte-se que não concordamos com essa qualificação para aqueles que assim se auto qualificam) o deve ser em qualquer situação, e não somente naquilo que lhe interessa.

E é justamente nos momentos de tensão, de probabilidade de ruptura institucional e de calamidade, que os verdadeiros defensores de determinada linha de pensamento hão de enfrentar os problemas de frente, assumindo, evidentemente, as consequências de seu posicionamento.

Ora, mostra-se muito fácil defender liberdades quando se fala de um Estado opressor que supostamente escolhe determinados grupos vulneráveis ou minoritários para neles despejar a sanha acusatória de um processo penal injusto. Essa falácia, que ganhou contornos de política pública e de orientação decisória para juízos e tribunais, escancara a miséria interpretativa da realidade fática nacional, mormente para aqueles que simplesmente andam nas ruas sem estarem acompanhados de seguranças armados.

Porém, esses mesmos pseudo defensores de liberdades individuais calaram-se quando prefeitos e governadores de todas as regiões do vasto chão brasileiro, supostamente parametrizados por seu “comitê” de enfrentamento à pandemia de coronavírus, impediram a circulação de pessoas, trancando-as em casa ou, simplesmente, impediram a entrada ou passagem de terceiros na área territorial do município. E mais: sem qualquer conhecimento médico ou científico, impediram o acesso da população à determinada medicação, por pura orientação político/ideológica.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE JURISTAS CONSERVADORES

Caderno ABRAJUC

Muitos esquecem-se que, com liberdades, advém responsabilidades e, principalmente, consequências.

Não há liberdades sem consequências e, em determinadas situações, as consequências podem ser gravosas. É justamente a assunção dessas consequências, independentemente de seu grau e em nome da manutenção daquela liberdade, que demonstra a capacidade de determinada sociedade na garantia de seus direitos fundamentais.

E isso não pode ser objeto de negociação ou mesmo de submissão.

Nisto reside a grande hipocrisia destes pseudo defensores das garantias fundamentais, eis que relativizam seus posicionamentos baseados no medo e temor das consequências daquela garantia outrora defendida.

Por outro lado, nesta nefasta esfera de pensamento, há também os oportunistas de plantão que, apesar do oportunismo, não se desfazem também da carapuça da hipocrisia.

Nesta discussão, insere-se a questão da disponibilização, ou não, de medicação sem uma suposta acadêmica eficiência comprovada, cuja utilização é voluntária e opcional.

Primeiramente há de se ressaltar que, em ciência, a orientação majoritária pode estar equivocada. A história do pensamento científico já nos demonstrou, por incontáveis vezes, que uma orientação tida como pacífica ou mesmo unânime muitas vezes é desafiada por uma única pessoa, que altera todo o panorama do conhecimento. As descobertas do físico Albert Einstein são um grande exemplo desta guinada do pensamento científico.

Portanto, aqueles que defendem determinadas posições em campos cujo conhecimento não é de sua esfera de atuação e o fazem com poucos conhecimentos e opiniões adquiridas, muitas vezes, pela mídia ou por redes sociais, não estão a falar em nome da ciência – ainda que assim se pronunciem -, mas sim em nome de suas convicções pessoais, muitas vezes entorpecidas por inclinações ideológicas.

A novidade e velocidade do contágio do novo coronavírus infelizmente não possibilitou à comunidade científica a adoção de protocolos clínicos para tratamento com eficácia comprovada.

Ainda não se conhece muito bem a doença.

No entanto, a ausência de comprovação de eficácia de determinado tratamento por meio de longos, demorados e incontestes testes clínicos não pode servir de justificativa para a não disponibilização de



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE JURISTAS CONSERVADORES

Caderno ABRAJUC

tratamento que, não somente empiricamente mas também por diversos estudos que não ainda atingiram os protocolos necessários para aceitação no mundo acadêmico, demonstram uma eficácia significativa.

Adotamos tal posicionamento pois não estamos em uma situação de normalidade, mas de pandemia.

Uma situação que bem ilustra referida celeuma é a das tropas americanas no pacífico, durante a 2ª Guerra Mundial. Como se sabe, a luta contra os japoneses causou inúmeras baixas nas tropas aliadas, principalmente entre os norte americanos.

Vendo que os estoques de sangue para transfusão eram insuficientes para o atendimento da demanda, os hospitais de campanha adotaram um protocolo inusitado: passaram a utilizar água de coco, abundante nas ilhas do pacífico, como substituto.

Não precisa ser especialista para concluir que, em situações de normalidade, tal protocolo jamais seria aceito, seja pelos riscos que causava ou mesmo pela ausência de acadêmica comprovação de sua eficácia, já que dificilmente, em situações ordinárias, haveria a possibilidade de separar-se o grupo de controle que recebe a transfusão com água de coco, daquele que recebe sangue.

O exemplo dado pelo médico francês Didier Raoult é instigante: não utilizar uma medicação de eficácia empírica verificada inúmeras vezes, por ausência de comprovação protocolar de sua eficácia em momento de necessidade, é o mesmo que deixar de utilizar um paraquedas quando de uma pane em uma aeronave, pois não houveram os testes necessários para comprovar sua eficácia, que no caso envolveria um ensaio onde 50% das cobaias fossem empurradas do avião sem a utilização de paraquedas, somente para confirmar que a taxa de mortalidade com a utilização do paraquedas seria menor.

O leitor deve estar se perguntando o porquê, em um artigo desta natureza, estar-se-á discutindo campos de pensamento tão diversos, qual seja o jurídico e o farmacêutico, sendo que este último sequer é de profundo conhecimento do articulista.

A razão é para somente demonstrar que os argumentos de um campo para outro, se eventualmente o argumentante fosse alguém de pensamento sincero, não poderiam ser tão díspares.

No campo jurídico, aqueles que defendem a adoção de medidas violadoras de básicos direitos individuais por agentes sem competência o fazem com a justificativa de que a situação que se apresenta é anômala e, por isso, justificado estaria tal modo de agir.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE JURISTAS CONSERVADORES

Caderno ABRAJUC

No entanto, a mesma justificativa de excepcionalidade não serve para a utilização de medicação sem eficácia academicamente comprovada, ainda que empiricamente verificada, eis que necessário seria o seguimento de todos os protocolos científicos para tal.

O que se verifica nas circunstâncias que vivemos hoje em dia é que os pseudo defensores dos direitos individuais, aqui qualificados de hipócritas, simplesmente silenciam quando os direitos individuais violados o são em nome da ciência, em razão do momento de exceção, enquanto os hipócritas de plantão insurgem-se contra uma medicação, também com justificativa na “ciência”, alegando que uma excepcionalidade não poderia permitir a utilização de uma medicação sem eficácia comprovada.

Resta sabermos qual será o prejuízo maior, o jurídico ou o farmacêutico, eis que quando falamos em manutenção da vida e da liberdade, todos já fomos prejudicados.

*** Juiz de Direito. Ex-delegado de polícia e ex-advogado.**

Variedades

Sugestões culturais

Por Edson Araujo e Leandro Costa

Filme:

Caminho da liberdade

Denunciado por sua esposa em 1939 como um possível espião, Janusz encontra-se em um campo de trabalho da Sibéria. Vivendo em condições brutais, ele está determinado a escapar e uma nevasca lhe fornece a oportunidade perfeita e, junto a um pequeno grupo de prisioneiros, fogem. A fuga, porém, é a parte mais fácil, pois Janusz e seus companheiros têm pela frente uma caminhada de 6.500 quilômetros a pé pelo Himalaia congelado, antes que possam ser verdadeiramente livres.



Música:

Wagner: Overtures and preludes

Seleção das famosas aberturas e prelúdios da ópera de Richard Wagner.

https://youtu.be/ru_AOXyiW8



1º Festival de verão de Campos de Jordão

Ensemble Popular do Festival

<https://www.youtube.com/watch?v=TuT3diQpzcC>

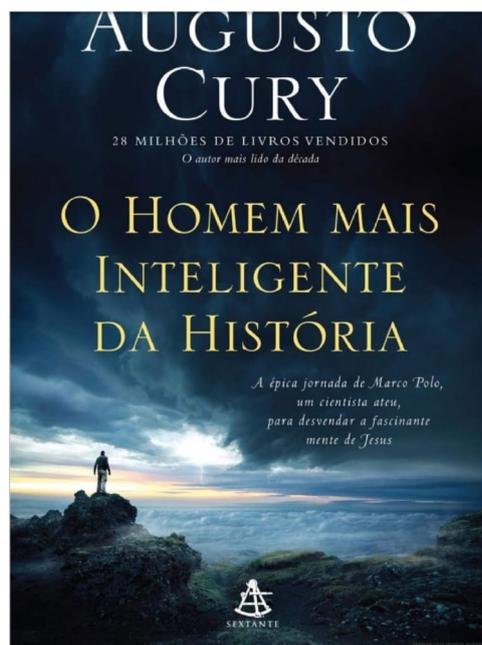
MINISTÉRIO DO TURISMO, GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, CENSA, JA BACEN BACEN, SABESP, INSTITUTO CULTURAL VALE E FUNDAÇÃO OSESP APRESENTAM

1º FESTIVAL DE VERÃO DE CAMPOS DO JORDÃO

EM INSTANTES
ENSEMBLE POPULAR DO FESTIVAL

Livro:**O homem mais inteligente da história**

Psicólogo e pesquisador, Dr. Marco Polo desenvolveu uma teoria inédita sobre o funcionamento da mente e a gestão da emoção. Após sofrer uma terrível perda pessoal, ele vai a Jerusalém participar de um ciclo de conferências na ONU e é confrontado com uma pergunta surpreendente: Jesus sabia gerenciar a própria mente?

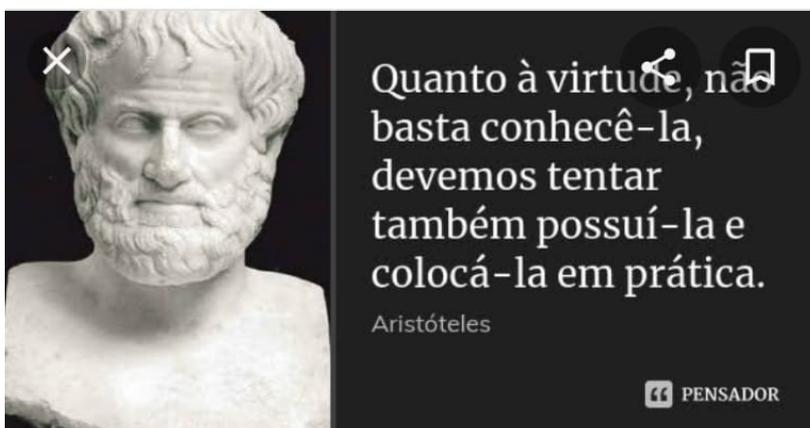
**Reflexões:**

“ Livros e flores

Teus olhos são meus livros.
Que livro há aí melhor,
Em que melhor se leia
A página do amor?

Flores me são teus lábios.
Onde há mais bela flor,
Em que melhor se beba
O bálsamo do amor?

[Machado de Assis](#)

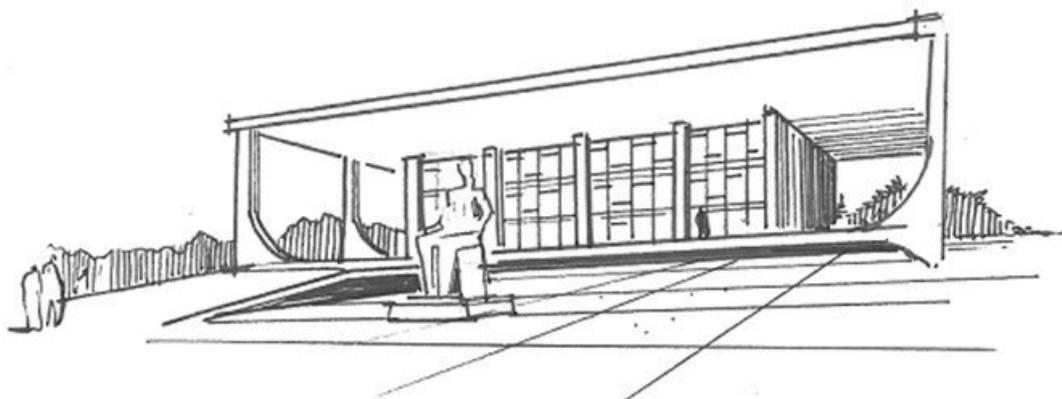




Caderno Direito nas Escolas

O Poder Judiciário

Por Leandro Costa e Munique Costa



O Poder Judiciário que tem a função de interpretar a lei, dirimir os conflitos e garantir a efetivação dos direitos através de decisões, é um Poder cujos membros não são eleitos e normalmente não possuem mandatos temporários, a exceção da Justiça Eleitoral, os membros do Poder Judiciário ocupam cargos vitalícios, e em sua maioria, são servidores públicos concursados.

O Poder Judiciário não está presente nos municípios, existindo os órgãos da União e dos Estados-membros, não podemos ainda confundir órgãos do Poder Judiciário da União com Justiça Federal, o que será explicado no momento oportuno.

Divide-se em diversos órgãos e sua maior corte é o Supremo Tribunal Federal, que é considerado o guardião da Constituição, é composto por 11 Ministros. As atribuições do Supremo Tribunal estão definidas na Constituição, havendo a possibilidade dele rever a decisão de qualquer órgão do judiciário desde que essa tenha repercussão geral e questão constitucional, além daquelas de competência originárias, como julgar um Secretário de Estado ou membro do Congresso Nacional, bem como, as Ações de Controle de Constitucionalidade.

O Conselho Nacional de Justiça não é uma corte e foi inserido na Constituição para fiscalizar e regular o funcionamento do Poder Judiciário como um todo.

Os Tribunais Superiores são órgãos que tem o seu funcionamento ligado a uma especialização sendo eles, o Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e o Superior Tribunal Militar, são os Tribunais que dentro dessa especialização encontra-se em um patamar



Caderno Direito nas Escolas

elevado estando na organização do Poder Judiciário só abaixo do Supremo Tribunal Federal, logo, em se tratando de uma ação que a competência não é originariamente do STF e que não está afeto a lei maior, esses tribunais seriam o maior grau em que o processo poderia tramitar. No exemplo hipotético em que se discute uma relação trabalhista em que o processo não tem nenhuma violação ao texto da Constituição, e por essa razão não seria conhecido pelo STF, o maior Tribunal que poderia chegar ao processo seria o Tribunal Superior do Trabalho.

Para entender essa divisão dos tribunais superiores é mais fácil correlacionar cada um a sua especialização, embora não seja um tribunal superior o Supremo Tribunal Federal está numa posição acima pelo fato de ser o guardião da Constituição o que é a lei maior. Os Tribunais Superiores com a exceção do STJ atuam em um determinado ramo da justiça, sendo assim chamado de justiça especializada, enquanto o STJ age com competência residual, não sendo o caso de uma justiça especializada, o Superior Tribunal de Justiça será responsável por aquela matéria.

Começaremos explicando pela justiça especializada, onde os tribunais superiores e os órgãos da justiça trazem seus nomes a sua especialização, então temos a Justiça do Trabalho, composta pelo Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho, a Justiça Eleitoral composta pelo Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Juízes Eleitorais e a Justiça Militar que é composta pelo Superior Tribunal Militar e os Conselhos de Justiça Militar.

A justiça comum tem outra organização porque o Superior Tribunal de Justiça é competente para julgar questões tanto da justiça federal quanto da estadual. A justiça federal é composta pelos Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais e a justiça estadual composta pelo Tribunal de Justiça e os Juízes de Direito, além do Tribunal do Júri, dos Juizados especiais e suas Turmas Recursais, o Conselho de Justiça Militar Estadual e eventualmente o Tribunal de Justiça Militar.

Ajude-nos a implementar esse projeto, gratuitamente, com aulas presenciais.

Participe da vaquinha online: <http://vaka.me/2189772>



Caderno Direito nas Escolas

Quer ser aluno do Projeto Direito nas Escolas, inscreva-se no link:
<https://forms.gle/8NqUvghZCoB6QKV36>

Projeto Direito nas Escolas

GRATUITO!!!



**Aulas de noções de Direito
Constitucional, Administrativo e Penal.
São gravadas e enviadas para seu e-mail.
Assista quando quiser!**



Público alvo: qualquer pessoa interessada em aprender noções de Direito, inclusive alunos do ensino fundamental e médio.

www.direitonasescolas.com

Humor

Por Patrício Eduardo Dias



Redes sociais



[@revistaconhecimentocidadania](https://www.facebook.com/revistaconhecimentocidadania)



[@RevConhecimento](https://www.facebook.com/RevConhecimento)



[@revistaconhecimentocidadania](https://www.instagram.com/revistaconhecimentocidadania)



[@RevConhecimento](https://www.twitter.com/RevConhecimento)



[@revistaconhecimentoecidadania](https://www.telegram.com/revistaconhecimentoecidadania)

Colaboradores



www.direitonasescolas.com



[@libe.rdadedeexpressao...](https://www.instagram.com/libe.rdadedeexpressao...)



[@ConservadorRio](https://www.instagram.com/ConservadorRio)



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE JURISTAS CONSERVADORES

[@abrajucoficial](https://www.instagram.com/abrajucoficial)



MARÍA CECÍLIA
CARNAÚBA

www.ceciliacarnauba.com.br

Anuncie em nossa revista:

revistaconhecimentocidadania@gmail.com

Para ajudar a continuarmos com este trabalho, doe qualquer quantia:

PIX: 28.814.886/0001-26

Compartilhe ao máximo com seus contatos!

